

Processo de Emancipação de Ipiranga de Goiás de 1968 a 2000Isac Ferreira¹**Resumo**

A pesquisa analisará os dados concernentes a criação do distrito de Ipiranga até a data de eleição do primeiro prefeito do município de Ipiranga de Goiás. Para alcançar este feito, descreveremos o contexto histórico que conduziu a origem da primeira Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), relacionada com a política de Getúlio Vargas de fixar o homem na terra. E por fim, há uma conciliação entre o distrito de Ipiranga, a emancipação de Ceres com o Estado Novo.

Palavras-Chaves: emancipação; pioneiros; Ipiranga de Goiás.

Introdução

Ao analisar os dados concernentes à criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, devemos primeiramente verificar que a Era Vargas (1930-1945) coincide com a administração de Pedro Ludovico Teixeira. Esta forma de compreensão da relação do conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento daquele projeto são aspectos importantes a serem ressaltados para analisarmos a história de Ipiranga.

Para a realização desta pesquisa, precisávamos de um problema que nos impulsionassem rumo ao esclarecimento da dúvida inicial. Entretanto, neste caminho árduo e indubitavelmente prestes a um conhecimento inédito, nos deparamos com outros e novos questionamentos, dentre eles, quais os motivos que motivaram a emancipação ipiranguense? Quais as pessoas que lutaram para a concretização deste ideal para que ele se tornasse realidade? Esta emancipação partiu de fatores internos (pessoas do distrito de Ipiranga) ou de um jogo de interesses que ultrapassava as fronteiras? E estas perguntas sem respostas, no momento inicial, guiaram-nos na trajetória de um trabalho coeso e coerente.

Vimos-nos em uma estrada sem volta, pois para alcançarmos tais respostas, necessitaríamos de um tratamento de fontes adequadas e utilizamos para isto a História Oral e documentos coletados em arquivos públicos e informações que estavam nas mãos de particulares como, por exemplo, fotografias de pioneiros do distrito de Ipiranga, Lei Emancipatória do Município, mapas entre outros tipos de documentos.

¹ Isac Ferreira é licenciado em História na Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba-GO.

Tendo como objetivo geral analisar os fatores políticos que conduziram a emancipação de Ipiranga de Goiás, não nos prenderemos somente a argumentação feita por um dado autor, mas utilizaremos informações coletadas nas entrevistas orais e documentos encontrados no arquivo do Palácio de Justiça de Ceres, relacionadas com temas discutidos por outros autores, de forma direta ou indireta. O artigo partirá da criação do distrito de Ipiranga (em 14 de novembro de 1968) até a data de posse do primeiro prefeito, em 1º de janeiro de 2000, utilizando para este feito, documentação escrita e dados coletados por meio da História Oral.

De acordo com Gwyn Prins, (1992, p. 165):

Onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica. Elas não farão isso como se fossem fontes escritas. A escrita é um milagre tecnológico ... As limitações da tradição oral devem ser amplamente avaliadas, de modo que ela não se transforme em um desapontamento, quando após longos períodos de pesquisa resultar uma reconstrução ainda não muito detalhada. O que se reconstrói a partir de fontes orais pode bem ter um baixo grau de confiabilidade, na medida em que não existem fontes independentes para uma verificação cruzada.

Para estimular o desenvolvimento da região Centro-Oeste e o Oeste, especificamente, o governo de Vargas, em parceria com Pedro Ludovico Teixeira, decidiu criar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) que foi, fundada em 1942, na região da Mata do São Patrício². Segundo Sandro Dutra e Silva,

...a demarcação da fronteira separava dois mundos sociais distintos. Em direção norte, a margem direita do rio, era localizada a CANG, fruto de uma ocupação oficial, contemporânea de um determinado discurso de colonização, com uma população assentada nos lotes doados pelo governo federal, e recebendo, auxílio financeiro e burocrático para o desenvolvimento da região. Já a margem direita, era localizada a Barranca³, que se configura como uma nova demarcação social, uma outra fronteira, um novo limite. A Barranca surgiu de forma espontânea a margem da ocupação oficial, constituindo uma nova fronteira, resultante da forma distinta de ocupação que se procedeu naquele espaço (2002, p. 75.).

Ceres torna-se cidade, brevemente, em quatro de setembro de 1953, tendo vários distritos, dentre eles, o de Ipiranga. Porém, de acordo com a lei estadual nº 13416, o município citado anteriormente comportava um espaço territorial que abria a criação de uma nova cidade e com base na lei estadual nº 13137 elevou-se o distrito de Ipiranga, que foi criado com a lei estadual nº 7230, à categoria de município com o topônimo de Ipiranga de Goiás em 1997. Levando em consideração que muitos distritos tiveram uma

1 A região da Mata do São Patrício compreende as cidades de Ceres, Jaraguá e outras da região centro-oeste de Goiás. Este nome se dá ao Rio São Patrício, tendo recebido esta denominação em 1733 por dois frades franciscanos portugueses (João de Jesus e Maria/Domingos Santiago), que moravam em Pirenópolis. Contudo, é aceitável aos clérigos, que tanto o rio como a região, receberam este nome devido a um seminário jesuítico em Portugal sob o patrocínio de São Patrício, no período em que as "Leis Penais" estavam sendo aplicadas na Irlanda pelos ingleses, forçando muitos católicos a estudarem fora da Irlanda, indo muitos desses estudantes para Portugal, que os acolhiam.

³ Barranca é o antigo nome dado aos núcleos comerciais e administrativos, tanto do lado de Ceres quanto do lado de Rialma. Posteriormente, o nome de Barranca ficou ligado ao que é hoje o município de Rialma. O termo passou a ser utilizado de forma pejorativa, como se Barranca designasse falta de ordem.

grande contribuição de seus municípios sede para se emanciparem, outros, entretanto, tiveram que lutar e usar de forças políticas superiores na tentativa de se tornarem político, social, cultural e economicamente independentes. Nessa conjuntura histórica, Ipiranga de Goiás se enquadra na segunda citação.

Emancipado através da lei nº 13137, de 21 de julho de 1997, o município de Ipiranga de Goiás tornou-se cidade, possibilitando um novo padrão administrativo e um campo de conhecimento a ser desbravado. Sua formação como distrito se deu graças a Colônia Agrícola Nacional de Goiás⁴ (CANG), criada pelo decreto nº 6.882⁵, de 19 de fevereiro de 1941, que, nas palavras de Sandro Dutra e Silva, “Getúlio Vargas designou Bernardo Sayão, o agrônomo carioca, para administrar a primeira colônia Agrícola do Brasil, sintonizada com o discurso do heroísmo do bandeirante”, (SILVA, 2002, p. 12). “É um bandeirismo obrigatório, que se impõe pelas dimensões territoriais brasileiras e em função do expansionismo interno”, (DAVIDOFF, 1982, p. 87). Para Davidoff a criação das Colônias Agrícolas foi uma tentativa de reforma agrária organizada no Brasil, pretendendo também a interiorização do país. Porém, para Borges (2000), essa modalidade de ocupação da terra na fronteira não era prioridade política de Getúlio Vargas, sendo, na verdade, reivindicação de setores urbanos e militares que formavam o alicerce de apoio do governo. Todavia, a Colônia Agrícola não atacou de frente o latifúndio, pelo contrário, deixou que este permanecesse e ganhasse, com o tempo, uma proporção ainda maior. A sede da CANG localizava-se onde é atualmente o município de Ceres, o que colaborou com a vinda de várias pessoas para esta região.

Essa região não tinha terras propícias ao desenvolvimento de zonas agrícolas que produzissem como nos seus entornos. A Bernardo Sayão, coube, apenas a escolha da casa onde seria a do administrador, e as residências foram surgindo próximas ao local da moradia do administrador.

Segundo Sandro Dutra e Silva:

O projeto de criação de colônias agrícolas foi desenvolvido e implementado durante o Estado Novo (1937-1945), intencionando ocupar áreas de fronteira e inseri-las num processo produtivo de característica capitalista, visando à criação de um mercado interno de produção e consumo. A CANG surge nesse contexto, obedecendo às regras desse planejamento colonizatório (SILVA, 2002, p. 7).

No mesmo artigo, *No Oeste, a Terra e o Céu: A Construção Simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*, do autor anteriormente citado, diz que ““A”verdadeira brasilidade”, ou a identidade original dos pioneiros estava associada ao processo da marcha, do deslocamento e mobilidade que o discurso propunha”, (SILVA, 2002, p. 8).

⁴ As terras da Mata do São Patrício, segundo Nair Leal de Andrade, 2003, e Sandro Dutra e Silva, 2002, já pertenciam a dois filhos de alemães, Freimund e Helmuth Brockes. Chegaram a criar gado na década de 1920. Quando Sayão veio para esta região, tentou-se um acordo com os Brockes, porém a questão passou por vários advogados arrastando-se até a organização jurídica definitiva com o Datis Lima de Oliveira. Contudo, em 1955/56, a questão é solucionada na justiça, com a indenização dos Brockes.

⁵ O decreto encontra-se no anexo.

De acordo com a entrevistada Ivone Barbosa de Oliveira, o nascimento do distrito de Ipiranga se deu as margens da rodovia que ligava a BR a Rubiataba, sendo um ponto de parada para viajantes, principalmente para aqueles que utilizavam veículos de tração animal, sendo de início, um distrito movimentado, comportando dentro de si, pousadas e pensões aclamados pelos visitantes.

Segundo dados coletados nas entrevistas de moradores ligados ao período estudado, Ceres não oferecia atenção estimada a população que residia em Ipiranga, gerando políticas exploratórias e que não privilegiavam as necessidades básicas do povo do distrito analisado. Com a emancipação de Ceres, em 1953, a jovem cidade não conseguia oferecer aos seus distritos condições econômicas para se manterem no mesmo padrão que o governo federal disponibilizava aos habitantes da CANG. Embora emancipado⁶, a administração da CANG ficou com o Departamento de Terras e Colonização até a sua extinção em 1954. No ano de 1954, houve a primeira eleição municipal em Ceres, sendo o médico Domingos Mendes da Silva eleito para o cargo de prefeito. Naquele momento surgiu um grupo de pessoas que queriam maior autonomia, tanto na área da saúde, educação, como na administração política, e formaram um plebiscito para a população decidir se aceitava ou não a emancipação ipiranguense. O plebiscito foi favorável a emancipação e graças a uma brecha na legislação, o distrito de Ipiranga tornou-se a cidade de Ipiranga de Goiás, recém emancipada, tendo como candidatos primários ao cargo de prefeito, o Sr. José Geraldo e o Sr. Geraldo Ferreira, tendo o último sido eleito com 1243 votos válidos e o primeiro recebeu 506 votos válidos.

A pesquisa realizada no município de Ipiranga de Goiás possibilitou a coleta de dados até então desconhecidos, ou que eram ignorados, não sendo divulgados. Dentre estes, se destaca o mito de que Raimundo de Souza foi o fundador do distrito de Ipiranga. Porém, ele foi apenas um colaborador dentre muitos como, por exemplo, Zé Baião, Mariquinha, Tãozinho, Antônio Cesário, Raçolina, etc.

É válido ressaltar, que a maioria dos ipiranguenses são descendentes de mineiros, que vieram para Goiás devido as precárias condições sociais do seu estado natal e também pela boa fama da política de atração adotada por Getúlio Vargas para se referir sobre o território goiano, dentro da chamada “marcha para o oeste”.

Foram usados documentos existentes no Palácio da Justiça e da prefeitura municipal, ambos de Ceres, com às entrevistas orais feitas com moradores locais e alicerçados em temas de outros autores. “Tendo o testemunho oral representando o núcleo da investigação, possibilita a história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma”, (FERREIRA & AMADO, 2002, p. 14). Foram realizadas no dia 13 e 14 de abril de 2009 pelos discentes Dayane Amâncio, Isac Ferreira e Patrícia Melo. Estas entrevistas foram escolhidas por se tratarem

⁶ Utilizaremos a definição de Cataia sobre o termo município, que é um “ente da federação ao lado dos estados, do Distrito Federal e da União, sendo, portanto, pessoa jurídica de direito público, com autonomia e competência legislativa própria”, 2006, p.15.

de fonte e documento, no caso do arquivo público de Ceres, plausíveis de conhecermos a história do município analisado, pois, refere-se a uma pesquisa inédita com a qual estas são as fontes documentais mais acessíveis de serem utilizadas.

1 – Goiás entre 1930 a 1942

De acordo com Maria Cristina Teixeira Machado após 1930 o território goiano precisava superar a “Mentalidade retrógrada que barrava o caminho do Estado em direção ao seu destino”, (1990, P. 123). O estado necessitava de uma infra-estrutura que possibilitasse utilizar seus recursos naturais, educando a população e criando uma nova mentalidade em que a ideologia revolucionária criasse uma tendência moralizante que desenvolvesse uma nova configuração da identidade administrativa em Goiás.

Adotando a perspectiva weberiana sobre o carisma, que significa que ele provou sua missão, a autora Teixeira Machado afirma que Pedro Ludovico foi um governante carismático, pois “a História construída com sua participação, superou, aos olhos de seus contemporâneos, o tempo que a antecedeu e a condicionou”, (1990, p. 124). Na verdade, o carisma do interventor se fortalece com o advento do Estado Novo, pois Getúlio Vargas estabelece continuidade mantendo-o na interventoria, que se estendeu até 1945.

Segundo a autora Nair Leal de Andrade (2003), o mundo estava mergulhado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e Getúlio Vargas implementou a política “Marcha para o oeste” e a criação de Colônias Agrícolas no Brasil, gerenciadas pelo governo federal, sendo a primeira⁷, no estado de Goiás. Na visão de Andrade, um dos objetivos que teriam levado a criação dessas colônias, em 1941, seria colocar o homem na terra, conduzindo-o a produzir, tendo o receio de que a Segunda Guerra Mundial pudesse prolongar, faltando assim, produtos para alimentação.

Vargas teve vários assessores para ajudá-lo no processo de implantação das Colônias Agrícolas, dentre eles, o Dr. Luís Simões. Este, em um de seus passeios no rio Araguaia, encontra-se com um velho amigo, o agrônomo carioca Bernardo Sayão, que sempre viveu em aventuras nas matas. Lopes fez o convite a Bernardo Sayão, que aceitou a missão de fundar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, interligando as dimensões territoriais brasileiras em função do expansionismo interno.

Getúlio Vargas fez uma visita, acompanhado de Pedro Ludovico Teixeira, oficial a Goiás, verificando a necessidade de estabelecer no centro do Brasil um povoamento que renovasse a pátria. “Torna-se imperioso localizar no Centro Geográfico do país, poderosas forças capazes de garantir e irradiar a nossa

⁷ Foram criadas oito Colônias Agrícolas Nacionais a partir de 1941, sendo a primeira no estado de Goiás e as outras nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Território de Ponta Porã (Mato Grosso), Piauí e Minas Gerais. Porém, das oito Colônias Agrícolas, somente duas prosperaram, sendo a de Goiás, e a de Dourados no estado de Mato Grosso.

expansão”, (ANDRADE, 2003, p. 42). O povo ficou logo sabendo que o governo estava doando terras em Goiás, através, no início, da propaganda de boca a boca, e depois, feita no rádio, jornais, revistas, etc.

De acordo com Andrade (2003),

A região inteira era riquíssima em terra fértil e água, córregos e mais córregos e o extraordinário rio das Almas, cheio, transbordando e muito piscoso. Existiam árvores em abundância de grandes portes, mata virgem, o clima era muito diferente do de hoje, uma estação excessivamente chuvosa, chuvas torrenciais, trovões que assustavam, raios que fizeram muitas vítimas (2003, p. 27)

De acordo com Pessoa (1999), o lote que o colono recebia estaria isento de qualquer tipo de imposto ou taxa, tendo o colono assistência necessária a edificar sua casa. Os colonos ficariam obrigados a preservar 25% das matas do lote rural e cuidar da limpeza de valas e valetas e a conservar estradas e caminhos que atravessassem os respectivos lotes.

Com base na Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma (ACICER), a rede da CANG comportava dentro de si vários segmentos. Dentre eles, destacam-se a casa do administrador, escritórios da administração, hospital provisório ou da colônia, hoje Pio X, serviço odontológico, escolas, guarda florestal, campo de aviação em Rianópolis, usina de açúcar⁸ e as casas de tábuas, a pensão, as casas cobertas de palha de arroz para funcionários e colonos que chegassem.

Com base em informações da revista *ACICER* e nas afirmações feitas por Nair Leal de Andrade (2003), Bernardo Sayão era um homem que gostava de desbravar, não ficando preso em casa com a parte burocrática. Ele avançava mata a dentro, derrubando árvores e criando novos caminhos.

Para Pessoa (1999), Bernardo Sayão dizia sempre as pessoas com as quais se relacionava: a Colônia Agrícola para mim é ponto de apoio. Eu não estou aqui pra plantar feijão e milho. Estou aqui pra fazer uma estrada para Belém.

Nas palavras de Nair Leal,

Para a travessia do rio das Almas, foi providenciada uma balsa e depois uma ponte de tambores, que posteriormente foi substituída por uma ponte semipênsil feita com cabos de aço e forrada de pranchões. Na primeira travessia de Bernardo Sayão, este fez a nado, na época que o rio das Almas era caudaloso, muita água, cheio que muitas das vezes transbordava. Em dado dia, Sayão e seus ajudantes bateram 150 quilômetros, trilha acima e trilha abaixo do rio, a procura de tambores vazios de óleo. Juntando os tambores e amarrando-os com cabo de aço, para formar dois compridos pontilhões, e colocando um ao lado do outro, cobriam-nos com pranchas pesadas. Formou-se uma ponte perfeita, flexível, solidamente amarrada as margens. Instalada sobre o rio das Almas, essa ponte balançava tanto com as cargas, que o Dr. Sayão batizou de “Carmem Miranda”. Ela servia para passar gente, no

⁸ Por causa dos pequenos lotes da Colônia e da falta de estímulo dos produtores rurais que não foram incentivados a plantar cana, não existia em grande quantidade a principal matéria-prima do açúcar, o que levou a desativação da usina, que atualmente se encontra em ruínas. A usina foi implantada com a finalidade de atrair pessoas para a região. No início, Vargas criou uma idéia de desenvolvimento, objetivando o povoamento interno nas novas áreas agrícolas, não preocupando-se em estimular os produtores a alugarem terras para a usina plantar cana.

vai e vem, Ceres-Rialma, transportar gado e caminhões de gêneros alimentícios, se bem com certo risco (2003, p. 35).

Segundo a reportagem da revista *ACICER*, da “edição histórica 1999-2000, Bernardo Sayão, o homem que iniciou a história”, em 1948 teve início à constituição da Companhia Hidrelétrica do São Patrício. Sua fundação propriamente dita, deu-se em 25 de junho de 1949 pelo Roland Von Ockel Martin, sendo Bernardo Sayão um dos maiores acionistas, e o seu primeiro presidente. Em 1955, a CHESP era a segunda usina em tamanho no estado de Goiás, utilizando das águas do Rio das Almas para produzir energia.

Conforme Nair Leal de Andrade, 2003, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás crescia assustadoramente e quem chegasse, recebia gratuitamente um lote, se fosse próximo da zona urbana, seis alqueires, na zona rural, e dois alqueires, na zona urbana. Devido ao seu crescimento, tanto territorial como populacional, a CANG não podia mais pertencer ao município da Cidade De Goiás. Em 1953, Bernardo Sayão, solicitou ao governo estadual a criação de um projeto da cidade de Ceres, nome este que significava na mitologia latina Deusa da Fatura ou dos Cereais. Humberto Ludovico, então secretário da agricultura de Goiás, aprovou a solicitação através da lei estadual nº 767, de 04/09/1953, e o agrônomo Galdino Siqueira fez a divisão territorial do novo município. Somente a partir de 1954 o nome foi oficializado.

Todos os gastos da CANG, para Andrade (2003), foram mantidos pelo governo federal enquanto pertenceu ao município da Cidade de Goiás. Após a criação do município de Ceres, este não conseguiu manter a assistência necessária a população como, por exemplo, assistência médica, odontológica, ferramentas, sementes, manutenção das escolas, casa de tijolos aos colonos, etc. o que gerou na população descontentamentos. De acordo com Nair Leal de Andrade, 2003.

O governo federal não tinha terminado sua missão aqui, inclusive quanto a parte social mais importante, a da distribuição das terras. Ainda havia quistos de atritos, pendências, áreas de reserva da Colônia para serem definidas. E os impostos que passaram a ser cobrados eram insuficientes para manter o município (2003, p. 48.)

Segundo informações do Gabinete Civil da Governadoria do Estado de Goiás, Ceres era um município com uma extensão territorial muito ampla, e tentando solucionar esse dilema sem perder os seus privilégios políticos, no dia 14 de novembro de 1968, graças a uma lei estadual nº7230, é criado o distrito de Ipiranga que é anexado ao município de Ceres.

2 – Processo de Constituição do Ipiranga: o Mito de Raimundo de Souza

De acordo com o site oficial do Estado de Goiás, o município de Ceres quando não conseguiu fornecer assistência a toda à área da CANG, criou o distrito de Ipiranga para solucionar o problema dessa

região, que precisava de benefícios como, instrumentos agrícolas, assistência médica e social, para se manter dentro do plano traçado por Bernardo Sayão, sendo uma área de agropecuária.

Segundo Andrade, "o primeiro procedimento de todas as famílias quando chegaram era quase o mesmo: derrubar a mata, construir a residência, preparar o terreno, fazer uma horta, plantar árvores frutíferas, criar aves para garantirem a alimentação básica...", (2003, p. 37).

Conforme entrevistas de Raçolina Nunes, Ivone Barbosa de Oliveira e do Jesus Ribeiro da Silva, quando os primeiros povoadores chegaram à região onde se formaria o distrito de Ipiranga só encontraram mato, animais selvagens e muita água, pois chovia constantemente e os córregos tinham um volume aquoso superior aos dias atuais. Isto despertou nestes povoadores, um desafio, estimulando-os a desbravarem e edificarem suas casas, originando os primeiros grupos escolares e as igrejas.

Para a entrevistada Raçolina:

A fundação se deu com o desmatamento para aumento de plantio e a construção de casas, conseqüentemente, aumentando, assim, o número de pessoas. Chovia muito e tinha maleita, devido ao grande volume de água do córrego grande, que tinha enchente e permitia a proliferação do mosquito transmissor da doença.

As pessoas que foram entrevistadas concordam que vieram para Goiás, pois todos eram mineiros, devido às duras condições de vida em sua terra natal e que ficaram sabendo da doação de terras, propagadas de boca a boca ou pelos jornais da época, feita pelo governo federal sobre o território goiano. As terras da CANG eram as melhores zonas agrícolas, pois segundo João José Luiz "se plantando, tudo dá". Para Jadir de Moraes Pessoa, 1999, a região escolhida foi, sem favor, uma das mais ricas do território brasileiro, não só pelo seu excelente sistema hidrográfico, como ainda, pelas magníficas propriedades físicas da terra.

De acordo com Ivone Barbosa de Oliveira e Isaura Maria da Silva, até 1965 não havia nenhum comércio ou armazém onde se vendia produtos necessários à população. Por volta da década de 1970, surgiu o primeiro armazém, que era do Baião, antigo morador local, onde vendia-se fumo, linhas de costura e pinga. Tudo devia ser plantado e colhido em casa. Segundo a entrevista Ivone Barbosa de Oliveira :

Só tinha mato, tendo que fazer roçada de facão para construir as casas. Até a construção da olaria no córrego do Cristal, cada família fazia um rancho comprido no meio do mato de sapê para morarem. Íamos em Ceres de a pé para comprar as mercadorias de pouco a pouco, devido a dificuldade de trazer saíamos as 4 horas da manhã e chegávamos as 8 horas da noite. O nosso café era feito de rapadura e era socado na mão. No pilão, limpávamos o arroz e café.

Relatos feitos por moradores antigos, Manoel Vaz da Silva e Isaura Maria da Silva, nos legaram que onde é hoje o Colégio Estadual Sete de Setembro, era um campo de futebol que foi doado pelo fazendeiro

que era vereador, José Gonçalves de Melo. A escolha do local para a construção do colégio ficou a cargo do prefeito de Ceres na época tratada, Geraldo de Melo. O Colégio Estadual Sete de Setembro, com base em depoimentos de Sebastião Paulo da Silva e no histórico da escola, foi criado pela lei nº 7911 de 25 novembro de 1974, com a denominação “Grupo Sete de Setembro”, oferecendo apenas o Ensino Fundamental da 1º a 4º série em salas multisseriadas. A primeira diretora foi a professora Anacléia de Souza Nonato, que residia em Ceres, e os demais funcionários conseguiam os seus respectivos cargos através de intermédio de favores políticos. Segundo relatos de outros entrevistados, dentre eles, Manoel Vaz da Silva e Vicente Martins, o colégio foi implantado devido ao crescimento populacional e em decorrência de representar um número significativo de votos para o governador Otávio Lages, que soube alcançar vantagem, graças às necessidades educacionais da população do distrito de Ipiranga. Da data de implantação até o ano de 2000, o colégio teve seis diretores, sendo eles, Anacléia de Souza Nonato, Zonita Rosa de Jesus, empossada no dia 1º de março de 1976, Sebastião Paulo da Silva, de 1984 a 1986, José Pereira de Araújo, José Elion e Ivanildes da Glória Nunes da Cruz, empossada no ano de 1999.

Na formação das primeiras casas, para João José Luís e Vicente Martins, muitos moradores adoeciam em decorrência da maleita, não havendo em Ipiranga um posto de saúde, eram conduzidos ao hospital da Colônia, onde atualmente é o hospital de Ceres Pio X. Como não havia carros e nem nenhum outro veículo de locomoção, as pessoas enfermas eram transportadas através do bangüê, uma coberta em que deitava o doente e quatro pessoas o conduziam ao hospital.

Os primeiros moradores, segundo os dados coletados nas entrevistas, foram: Raçolina, Rock, Zé Baião, Joaquim Baião, Zé Pereira, Lauzinho entre outros. Anos mais tarde é que veio residir em Ipiranga Raimundo de Souza, que colaborou para o aumento populacional com a “doação” de terras a novos moradores. Entretanto, para alguns moradores da época analisada, Raimundo de Souza era um homem com visão fora de seu tempo, “doando” ou cobrando, pois na visão de outras pessoas do período tratado havia uma pequena taxa pelas terras que se tornariam donos, para realmente entrar para a história. Outros, entretanto, alegam que essa doação era em troca de votos para ser eleito vereador no município de Ceres. Entretanto, não há um consenso sobre a fonte utilizada para elaborar essa pesquisa, no caso, História Oral.

As entrevistas, assim, dão uma dimensão coletiva para a construção do distrito, ressaltando a participação de mais moradores. Porém, com o processo de emancipação, a “elite” criou um mito político para Raimundo de Souza. E essa “mistificação”, segundo a autora Maria Celina Araújo (2004), torna-se uma maneira eficaz de dar as massas populares um sentimento de participação, ordem política, identificação. Adorando e reverenciando o chefe, a população teria o sentimento de que eram parte daquela sociedade. Adotando um exemplo nacional, Vargas não surgiu do vazio. Foi, ou é ainda, o mito que representava o Estado nacional organizado, a legislação trabalhista, a soberania, a defesa dos humildes.

Os primeiros dentistas práticos foram: Antenor, Baltazar e Manoel Vaz da Silva. Os entrevistados sabem que o distrito de Ipiranga não teve um fundador específico, mas na memória, prevalece a arte do discurso que enraizou a imagem de Raimundo de Souza sendo o fundador do distrito de Ipiranga. Contudo, não aprofundaremos na questão da memória ipiranguense, mas é válido ressaltar o motivo de tal pensamento.

A elite política que assume o poder após a emancipação, de acordo com Raçolina Nunes e Isaura Maria da Silva, foram familiares ou adeptos do mito de criação do distrito de Ipiranga pelo Raimundo, e estes edificaram uma escola e um estádio com o nome anteriormente citado. A História ipiranguense não tem dados escritos, sendo erigida oralmente e, aquilo que depende da memória de um povo que tem uma visão parcial de sua própria história, é facilmente construída por um bom orador, distorcendo e apagando da memória coletiva⁹ dados importantes.

Segundo Sandro Dutra e Silva (2002), a população quando veio para a região que se tornaria o Ipiranga, Nova Glória e Rubiataba, foi traçada uma política pelo governo federal e implantada pelo representante Bernardo Sayão, que valorizou as pequenas lavouras, oferecendo aos colonos ferramentas para derrubarem a mata e sementes para iniciarem plantações. A região não se caracterizou, no início, por latifúndios e nem por monocultura. Em suas pequenas propriedades, os colonos plantavam milho, arroz, feijão e até café. Na década de 60, não houve a participação da pecuária, sendo a economia local erguida sobre a produção agrícola, que encontrava compradores vindos dos municípios de Ceres e Rubiataba. Segundo Jesus Ribeiro da Silva, morador local que tem 81 anos: “Não tinha vacas, sendo a alimentação fraca”.

Para Maria de Costa Andrade e Agelino Divino da Silva, as primeiras casas e escolas eram construções rústicas, sendo erguidas de pau a pique e cobertas de palha de arroz. Devido a mata e ao grande volume de água, até por volta das 9 horas da manhã as casas e as matas eram rodeadas por uma forte neblina.

Quando chegaram alguns colonos, segundo afirmações de Vicente Martins e Osvaldo Agripino de Oliveira, observaram que a região era cercada de serras, e espalhou-se o mito de haver ouro ou diamantes na serra do Cruzeiro, levando algumas pessoas a garimparem. Porém, nunca se encontrou nenhum minério. Atualmente, há nessa serra uma placa do governo federal proibindo qualquer tipo de garimpo e alegando a sua posse. Acredita-se, contudo, que pode haver uma reserva de urânio ainda não explorada.

⁹ Para Walter Benjamin a história da memória coletiva divide-se em cinco partes. A primeira delas é a memória étnica nas sociedades sem escrita. A segunda, o desenvolvimento da memória, da oralidade a escrita. A terceira a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito. O quarto, os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias. E o último, o desenvolvimento atual da memória. A memória, de acordo com Benjamin, está ligada ao ato de contar, a experiência vivida particular, privada e a experiência coletiva. BENJAMIN, 1994, p. 40.

3 – Do Distrito ao Município de Ipiranga de Goiás: os Vários Atores Políticos

Com base na publicação do *Jornal Tribuna do Vale*, dezembro de 1995, p.5, e o *Jornal do Vale*, dezembro de 1995, p. 8, até o ano de 1995 o estado de Goiás contava com 242 municípios e em 1997 o número chegou a 248. Isso se deve a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que causou maiores facilidades para transformar distritos em municípios. Para mudar esse quadro, foi encaminhado ao Congresso, e aprovado, um projeto de emenda constitucional alterando o artigo 18 da Constituição que estabelece as regras para emancipação política. A maioria desses distritos se emancipou por motivos eleitoreiros, sendo Ipiranga de Goiás um destes.

De acordo com Manoel Vaz da Silva e Jesus Ribeiro da Silva, no ano de 1974 foi à festa de inauguração da rede elétrica no distrito de Nova Glória. Nesta comemoração, um grupo de ipiranguenses, dentre eles, destacam-se Manoel Vaz da Silva, Raimundo Alves de Souza, Jesus Ribeiro da Silva, Francisco Amâncio entre outros, foi e dialogou com deputados e autoridades presentes, salientando que Ipiranga era um distrito em crescimento e que precisa da energia para se desenvolver. Um ano após, em 1975, foi implantada a rede elétrica em Ipiranga, sendo um grande acontecimento que foi festejado por todos.

De acordo com o *Jornal do Vale*, julho de 1997, p. 3, e alicerçado com *Política*, 25 de Julho de 2000, p. 4, o distrito de Ipiranga sempre quis se separar de Ceres, e encontrou em Raimundo Alves de Souza¹⁰, Francisco Amâncio e Juca Neca, apoio para levantar essa bandeira. Porém, devido problemas de alianças políticas, o trio citado anteriormente jamais esteve do mesmo lado, provocando desuniões e incoerências, não conseguindo a emancipação. O nome Ipiranga foi adotado pela população local havendo nessa região um córrego, pequeno, Cinco Mil Réis, e o povo o associou ao Grito de Independência ou morte, realizado por D. Pedro I as margens do córrego do Ipiranga.

Com base em publicações do *Jornal do Vale*, julho de 1997, p.4 e *Perfil*, julho de 1997, p.3, Geraldo Ferreira de Oliveira, no ano de 1990, era um pequeno comerciante, agricultor e formado em Pedagogia e professor no Colégio Estadual Sete De Setembro. Assistindo uma partida de futebol, em Ceres, com um amigo, comentou sobre a desejo de ver Ipiranga emancipado e este, sugeriu que procurasse o deputado estadual Warner Carlos Prestes. Oliveira se encontrou com Warner na Assembléia Legislativa e expôs o seu ideal. Ficou marcado para o próximo final de semana a reunião que iria criar a Comissão Provisória para emancipação de Ipiranga. Nas eleições de 1994, Prestes não foi eleito, ficando vago um representante na Assembléia que apoiasse o projeto emancipacionista. Oliveira, que era um velho amigo do deputado Francisco Bento, o procurou e este levou adiante os anseios da maioria dos ipiranguenses até o sancionamento da lei estadual 13.137 de 21 de julho de 1997 pelo governador Maguito Vilela. A Comissão

¹⁰ Seu diploma encontra-se no anexo, juntamente com o de Francisco Amâncio e Juca Neca.

Provisória de emancipação, criada em 27 de março de 1993, de Ipiranga tinha como membros integrantes os seguintes nomes: Francisco Bento, Geraldo Ferreira de Oliveira, que foi o presidente e coordenador, Sebastião, Onofre, José Geraldo, Donizete, Maurão, Enoque, Zezão, Itamar Fernandes e Baltazar. O plebiscito ocorreu no dia 12 de outubro de 1995, nas zonas eleitorais dos distritos de Ipiranga e de Bom Jesus. O convite a população pedia para votar no sim e esclareceu que o “sim” significava agências bancárias, cartórios agência do Correios, Centro Telefônico, conservação e ampliação de estradas, construção de escolas e ginásios de esporte, construção da prefeitura e ambulância. Iniciou-se às oito horas e encerrou-se as dezessete horas. O resultado foi favorável a emancipação e Francisco Bento apresentou o projeto na Assembléia Legislativa.

De acordo com entrevistas de Geraldo Ferreira de Oliveira e Sebastião Paulo e Silva, no ano de 1993, Oliveira foi ao Rio de Janeiro, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde resolveria as questões de delimitação territorial. No ano de 1996, membros do IBGE, vieram e mediarão as fronteiras de Ipiranga de Leste a Oeste, de Norte a Sul.

No dia 15 de novembro, segundo o *Jornal do Vale*, dezembro de 1995, p.7, e *Jornal Regional*, dezembro de 1995, p.2, data que marcou o nome do que viria a se tornar o novo município goiano, houve um desfile contando com a participação de um grande número de ipirangueses, em comemoração a vitória e a conscientização por parte da população, de que Ipiranga para trilhar o seu caminho rumo ao progresso, necessitaria ser emancipado.

Segundo Geraldo Ferreira De Oliveira, “Ipiranga, em 1980, já poderia ser uma cidade, faltou pessoas que lutasse em prol dessa nobre causa”. Contudo, após a medição feita pelo IBGE, Ipiranga com uma extensão territorial de 234 Km² e Ceres com 220 Km², as autoridades da cidade sede alegaram que a criação do município inviabiliza o município mãe (Ceres) e sob a liderança do secretário de estado da Saúde Carlos Mendes e do prefeito Cícero Leão, foram representados na Assembléia Legislativa pela deputada Mara Naves. Ceres recorreu à decisão tomada pelo IBGE e o processo se arrastou até 1997, não havendo eleição no ano anterior. Porém, Ceres não conseguiu anular a decisão judicial e em 31 de outubro de 1999, Ipiranga, que passou a ter o topônimo de Ipiranga de Goiás, teve a sua primeira eleição. Porém, Ceres não conseguiu anular a decisão judicial.

De acordo com o *Jornal do Vale*, janeiro de 2000, p. 2, e *Tribuna do Vale*, janeiro de 2000, p. 4, no dia 1º de janeiro de 2000, foram empossados o prefeito municipal, Geraldo Ferreira de Oliveira e seu vice, Damásio Ferreira de Oliveira, na igreja Assembléia de Deus, juntamente com os primeiros vereadores, que foram: Cleonice Gomes dos Santos Ribeiro, Rubens José Barbosa, João Fernandes da Silva, Enilton José de Souza, José Jardim Tetéu, Pedro Miguel Bernardo da Silva, Cleides Ferreira Lima e Izaias Bernardo da Silva.

Considerações Finais

A marcha para o oeste pode ser vista como uma política do governo Vargas de realizar uma reforma agrária, que não batesse de frente com o capitalismo e atendesse as pessoas que precisassem de terras, fixando-as. Vargas criou mecanismos de atração e quando viu que “os indivíduos conseguiam se manter, os abandonou”, (ACICER, p. 12). Podemos considerar que o objetivo da pesquisa foi concluído, porém é válido ressaltar que a questão da reforma agrária organizada, não há autores que discutiram sobre essa perspectiva no meio acadêmico.

Quando Ceres não conseguiu oferecer a sua própria região os mesmos benefícios que o governo federal disponibilizava a esta, surgem alguns distritos como, por exemplo, o Ipiranga. A cidade sede, então, recebia os repasses da União, não aplicando nestas áreas distantes da cidade. Isso gera descontentamentos, levando algumas pessoas a buscarem uma forma de emancipação, querendo novas oportunidades. Entretanto, somente interesses internos não iriam moldar essa nova conjuntura regional.

De acordo com dados coletados oralmente, Ipiranga não teve um fundador específico, pois o fato de ser uma porção geográfica rodeada de nascentes de água, e um elo entre Ceres e Rubiataba, colaborou com a vinda de colonos a esta região. Raimundo de Souza foi apenas um entre muitos indivíduos que desejou ver Ipiranga emancipado, o que o fez vender ou doar parte de suas terras a pessoas que queriam residir no distrito. Devido desuniões políticas, não alcançou o seu estimado desejo.

Tivemos, na verdade, alguns idealizadores deste projeto, dentre eles, destacam-se Francisco Amâncio, Juca Neca e o próprio Raimundo de Souza, que foram representantes do distrito analisado na Câmara Municipal de Ceres. Eram apenas um trio local, sem o apoio “superior”, no caso, um deputado, querendo provocar uma mudança no país. Não obtiveram êxito, mas plantaram a semente de uma ideologia que germinaria em um futuro cada vez mais próximo, ocorrido nos anos 90.

Devido a extensão territorial que Ceres tinha e ao número populacional, esta cidade recebia verbas avultas, destinando uma pequena parcela aos seus distritos. Tanto na área educacional, como a área social, eram totalmente ignoradas pelo município sede.

Na década de 1990, surge um novo idealista, Geraldo Ferreira de Oliveira, que conta com o apoio da elite intelectual de Ipiranga, sendo membro desta e professor com nível superior. Este não fica só na teoria, recorrendo a aspectos externos, deputados como, por exemplo, Waner Prestes e Francisco Neto, representando o distrito na Assembléia Legislativa federal. E é graça a essa soma de fatores, aspectos internos e externos articulados, Francisco Amâncio, Juca Neca, Raimundo de Souza, Geraldo Ferreira de Oliveira e membros da Comissão pré emancipação, dentre eles, Pedro Barbeiro, Baltazar, Sebastião Paulo da Silva entre outros, que Ipiranga realmente torna-se o município de Ipiranga de Goiás.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*, São Paulo, Moderna, 2004.
- ANDRADE, Nair Leal de. *História e História da CANG – meu rincão por adoção*. Goiânia: Kelps, 1990.
- ANDRADE, Nair Leal de. *Reforma Agrária*. Goiânia. Ed.: Editora R & F, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, PP. 40.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia, editora: UFG, 2000.
- CATAIA, Márcio Antônio. *A Geopolítica das Fronteiras Internas na Constituição do Território: o Caso da Criação de Novos Municípios na Região Centro-Oeste do Brasil Durante o Regime Militar*. In: www.f:\consulta\la_geopolitica_das_fronteras_internas_na_constituicao_do_territorio_o_caso_da_criacao_de_novos_municipios_na_regiao_centro-oeste_do_brasil_durante_o_mht. Acessado no dia 15/05/2009.
- DAVIDOFF, Carlos Henrique. *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo, Ed.: Brasiliense, 1982.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de Colonização*. 1974. (Dissertação de Mestrado) Goiânia, Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, 1974.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Ed.: FGV, 2002.
- PALACIN, Luís & MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 6ª Ed. Goiânia: Ed.: UCG, 1994.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Campinas, SP. Editora Alínea, 1999, PP. 39-54.
- PRINS, Gwyn. "História Oral". In.: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. BURKE, Peter. São Paulo: Ed.: UNESP, 1992, PP. 163-198.
- SILVA, Sandro Dutra e. *No Oeste, a Terra e o Céu: a Construção Simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Goiânia, 2002.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

REDES DE NOTÍCIAS

- Jornal do Vale*, dezembro de 1995/julho de 1997/janeiro de 2000.
- Jornal o Perfil*, julho de 1997
- Folha Política*, 25 de julho de 2000.
- Revista da ACICER*. Bernardo Sayão, o Homem que Iniciou a História. CANG/Ceres, Barranca/Rialma. ACICER: edição histórica, 1999-2000.
- www.gabintegoias.gov.br/leis_ordinarias/1968/lei_7230.htm

FONTES ORAIS

- Agelino Divino da Silva, 89 anos, nasceu em Patos, MG. Não se recorda da data em que chegou na CANG.
- Augusto Colodino da Costa, 78 anos, nasceu em Patos, MG. Chegou na CANG na década de 1957.
- Isaura Maria da Silva, 68 anos, nasceu em Ibatê, MG. Chegou na CANG em 1943, acompanhada de seus familiares.
- Ivone Barbosa de Oliveira, 63 anos, nasceu em Boa Esperança, MG. Chegou na CANG ano de 1951.
- Jesus Ribeiro da Silva, 81 anos, nasceu em Cachoeira, MG. Veio para a CANG no ano de 1942.

João José Luis, 87 anos, nasceu em Santo Antônio do Monte, MG. Chegou na Cang no dia 29 de Junho de 1957.

Manoel Vaz da Silva, 81 anos em Cabeceira Grande onde era Minas Gerais e hoje é território goiano. Chegou na CANG na década de 1950.

Maria de Costa Andrade, 86 anos, nasceu em Tiros, MG. Chegou no distrito em 1987.

Oswaldo Agripino de Oliveira, 83 anos, nasceu em Tiros, MG. Chegou na CANG em 1950.

Raçolina Nunes, 81 anos, nasceu em Boa Esperança, MG. Veio para a CANG acompanhada de seu esposo na década de 1950.

Sebastião Paulo da Silva, 52 anos, nasceu em Ceres, GO. Mora em Ipiranga desde quando nasceu.

Vicente Martins, 68 anos, nasceu em Cristais, MG. Veio para a CANG em 1965.